

## **Observando o Observatório: a crítica de mídia como espaço para o (tele)jornalismo opinativo na TV Pública<sup>1</sup>**

Iluska Coutinho<sup>2</sup>  
Rebeca Trece de Almeida<sup>3</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

### **Resumo**

Análise do programa "Observatório na TV", veiculado na TV Brasil, como espaço para a prática do (tele)jornalismo opinativo. Defende-se que a oferta desse tipo de produção em uma emissora pública de televisão teria além do papel de constituir-se em espaço legítimo de problematização dos problemas sociais, uma instância também formativa, no que refere-se ao que podemos denominar leitura crítica da mídia, etapa para sua democratização. A partir do conceito de dispositivos sociais de crítica, descreve-se os gêneros opinativos experimentados no programa, tomando como recorte empírico três edições do OI na TV analisadas sob a perspectiva da dramaturgia do telejornalismo.

### **Palavras-chave**

Crítica de mídia; Jornalismo Opinativo; Debate; Televisão Pública; Narrativa Audiovisual.

### **Porque estudar o Observatório enquanto espaço de crítica de mídia na televisão?**

Estudar o Jornalismo e os meios de comunicação pelos quais ele é produzido faz parte de um processo crítico-reflexivo que visa discutir alternativas aos corriqueiros desvios deontológicos<sup>4</sup> observados nas produções jornalísticas atuais. Ao analisá-las, portanto, a sociedade acadêmica busca entender fatores de influência na construção das notícias, pontuar falhas e apresentar possíveis soluções para que o Jornalismo opere como instrumento efetivamente democrático para a construção da cidadania.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista diplomada na Ufes, mestre em Comunicação e Cultura (UnB) e doutora em Comunicação Social (Umesp). Professora da graduação em Jornalismo e do PPGCOM-UFJF, coordenadora dos GPs da Intercom. Bolsista produtividade CNPq, desenvolve pesquisa sobre telejornalismo em emissoras públicas com financiamento de Fapemig e CNPq. [iluska@globo.com](mailto:iluska@globo.com)

<sup>3</sup> Jornalista diplomada na UFJF, atuou como bolsista de Iniciação Científica e de monitoria em duas disciplinas da graduação em Jornalismo da UFJF. Tem experiência profissional em jornalismo impresso. [rebecatrece@gmail.com](mailto:rebecatrece@gmail.com)

<sup>4</sup> Professor da graduação em Jornalismo da UFJF, coordenador do PPGCOM-UFJF, desenvolve pesquisa sobre telejornalismo em emissoras públicas com financiamento de Fapemig e CNPq. [iluska@globo.com](mailto:iluska@globo.com)

<sup>3</sup> Jornalista diplomada na UFJF, atuou como bolsista de Iniciação Científica e de monitoria em duas disciplinas da graduação em Jornalismo da UFJF. Tem experiência profissional em jornalismo impresso. [rebecatrece@gmail.com](mailto:rebecatrece@gmail.com)

<sup>4</sup> A deontologia é um conjunto de princípios que regulamentam o exercício de uma profissão. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros determina, por exemplo, que é direito fundamental do cidadão o acesso à informação “precisa” e “correta”, independentemente da linha política dos proprietários dos meios de comunicação para os quais trabalham ou da natureza econômica de suas empresas. É também responsabilidade do jornalista pautar-se pela veracidade dos fatos, ter por finalidade o interesse público e não divulgar informações de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br>. Acesso em 28/05/14.

Assumindo essa postura, podemos pensar que a academia torna-se potencial ferramenta para a constituição da crítica. Para José Luiz Braga (2006) através de um enfrentamento tensional que dinamiza mudanças, pelo controle de equívocos e apontamentos para um aperfeiçoamento qualitativo, as críticas acadêmicas e jornalísticas envolvem, genuinamente, “um esforço analítico-interpretativo que ilumina o produto midiático em determinados ângulos de sua constituição” (BRAGA, 2006, p.46) com o objetivo de ampliar o esclarecimento e a percepção.

Nessa perspectiva, segundo o autor, “dispositivos sociais” – como os observatórios de mídia e de imprensa –, participam efetivamente dos processos críticos ao exercerem critérios expressos e implícitos na observação ou ao analisarem características e especificidades dos produtos e processos midiáticos postos em circulação. A atuação também acontece quando “lançam vetores interpretativos e/ou de ação” para estimularem, nos usuários, suas próprias competências críticas de seleção e interpretação de informações, enquanto os produtores são incitados a remodelarem e qualificarem seus produtos e processos.

Nesse artigo, que dialoga com pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais (UFJF) a proposta é avaliar em que medida o programa "Observatório na TV", veiculado na TV Brasil, atua como um espaço para a oferta de um (tele)jornalismo opinativo, ao colocar a mídia em destaque. Nesse sentido, a oferta desse tipo de produção em uma emissora pública de televisão teria potencialmente não apenas um papel, também fundamental, de constituir-se em espaço legítimo de problematização dos problemas sociais, mas também formativo, no que refere-se ao que podemos denominar leitura crítica da mídia ou literacia midiática para outros autores do campo.

A pesquisa macro que dá suporte a esse texto envolveu três momentos de estruturação. No primeiro deles realizou-se um levantamento documental acerca da crítica de mídia e da presença do observatório como objeto de pesquisa, tomando como recorte anais de duas sociedades científicas brasileiras, Intercom e SBPJor. Posteriormente desenvolveu-se um levantamento de caráter bibliográfico acerca do (tele)jornalismo opinativo, que explicitou a necessidade de maior investigação da temática e finalmente a última etapa envolveu pesquisa empírica, de caráter quali-quantitativo, utilizando a dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012) como aparato metodológico para análise da materialidade audiovisual.

## Sobre os dispositivos sociais, e suas potencialidades

O Observatório da Imprensa foi apontado por Braga como um dos “dispositivos sociais” nos quais a sociedade se organiza e que têm como função contestar e estender as relações entre produtores e receptores, ainda delimitadas como “simples” pelo senso comum mesmo diante de toda a complexidade e flexibilidade dos atuais processos comunicacionais. Segundo ele, há um “dualismo incoerente”<sup>5</sup> entre Mídia e Sociedade nas divisões em geral estabelecidas ou pressupostas nos estudos e análises onde estas são definidas apenas como emissora e “recedora”, respectivamente. Braga propõe, então, uma nova perspectiva, contrapondo à visão informacional e unidirecional uma posição definitivamente comunicacional.

Como resultado, o autor levanta a hipótese da existência de um terceiro sistema de processos midiáticos, além dos de produção e recepção, denominado “sistema de interação social sobre a mídia” ou “sistema de resposta social”. Esse terceiro sistema tornaria comunicação efetiva a processualidade de midiatização social geral e “corresponde a *atividades de resposta* [grifo original] produtiva e direcionadora da sociedade em interação com os produtos midiáticos” (BRAGA, 2006, p.22).

A possibilidade de crítica da mídia realizada pela própria sociedade surge quando Braga busca desenvolver a construção do conceito de um subsistema crítico-interpretativo “como um componente ativo da interação social-midiática”. Este sistema seria estimulado e se constituiria quando o consumo da informação ultrapassa os limites da recepção e abre uma conversação sobre o conteúdo que se recebe.

Ora, quando se trata de valores simbólicos, e da produção e recepção de sentidos, o que mais importa é a circulação *posterior à recepção* [grifo original], ou seja, uma vez completada a processualidade mais diretamente “econômica” (ou comercial) do processo, do “fazer chegar”, os produtos não são simplesmente “consumidos” (no sentido de “usados e gastos”). Pelo contrário, as proposições “circulam”, evidentemente trabalhadas, tensionadas, manipuladas, reinseridas nos contextos mais diversos. (BRAGA, 2006, p.28)

Por isso, é importante diferenciar o que a mídia veicula – a circulação midiática (ou sistema de produção) – do que “depois circula na sociedade”. Este último circuito de circulação se caracterizaria como “uma resposta” na medida em que se refere ao que, efetivamente, “a sociedade faz com sua mídia”. Partindo deste pressuposto, as críticas sobre os produtos midiáticos e os dispositivos sociais seriam “os elementos mais visíveis dos processos de circulação”.

---

<sup>5</sup> O autor justifica a adjetivação defendendo a ideia de que “não se pode separar parte (mídia) e todo (sociedade)”. (BRAGA, 2006, p.22)

Os diferentes objetivos e processos evidenciam que a sociedade não apenas sofre os aportes midiáticos, nem apenas resiste pontualmente a estes. Muito diversamente, se organiza *como sociedade*, para retrabalhar o que circula, ou melhor: para fazer circular, de modo necessariamente trabalhado, o que as mídias veiculam. (BRAGA, 2006, p.39)

Cineclubes, sites de *media criticism*, fóruns de debate sobre rádio e televisão, crítica jornalística, revistas cujo tema é a própria mídia, produções acadêmicas sobre os meios e processos de autocritica da imprensa, são apontados por Braga como alguns dos dispositivos sociais instalados continuamente pela sociedade em sua atuação direta sobre a mídia. Tal ação, dentro de uma variedade mais ampla, busca a crítica, com interpretações e objeções interpretativas; o retorno, *feedback* ao sistema de produção; a militância social com uma crítica-ação; o controle da mídia em defesa dos valores profissionais e sociais; a sistematização de informações; a circulação comercial; bem como a educação e o desenvolvimento de processos de aprendizagem em público.

Dentro do sistema de interação social sobre a mídia, os processos críticos são aqueles que tensionam os processos de produção midiática, “gerando dinâmicas de mudança” e aqueles que exercem um trabalho analítico-interpretativo, ampliando o esclarecimento e a percepção.

Braga realiza estudo sistêmico-analítico sobre o site Observatório da Imprensa, entendido como sistema de resposta social tendo como objetivo esclarecer o tipo de crítica desenvolvido nesse espaço. Para isso, ele tenta perceber como as seções regulares da publicação são caracterizadas e de que forma elas abordam os objetos do OI, sejam eles específicos (imprensa, jornalismo e mídia) ou gerais. O período estabelecido pelo autor como recorte compreende o ano de 2001 ao ano de 2003, quando 16 seções regulares foram analisadas.

O material empírico de seções mais frequentes foi organizado em seis conjuntos conforme sua função crítica. São eles: o núcleo de crítica à imprensa (que agrega os demais grupos); articulação crítica entre imprensa e sociedade; o que se publica sobre o tema imprensa; articulação com a sociedade (leitores); objetos complementares de observação; e interação com os setores formadores. Em suas análises Braga evidencia distinções, por exemplo, entre Circo de Notícias e Imprensa em Questão, seções que compõem o núcleo de crítica à imprensa; a primeira seria “monofônica”, tendo a voz de Alberto Dines como espaço editorial, e a segunda “polifônica”, como uma “arena de debates”. Ambas, porém, submetem matérias “de interesse geral” publicadas em diversos jornais do país a exames qualitativos que discutem como os meios lidaram com determinado acontecimento.

Esse tipo de recurso, ou estratégia editorial, guarda similaridades com a estruturação do programa objeto de nossa análise, veiculado na TV Brasil, em canal aberto, e posteriormente disponibilizado na página do Observatório da Imprensa (OI) na internet. Antes da descrição da análise audiovisual realizada porém vale destacar, ainda que de forma excessivamente sintética, as conclusões de Braga acerca do OI na internet.

Com o estudo das seções e publicações, Braga concluiu que a linha crítica central do Observatório da Imprensa busca corrigir os erros da mídia, não só controlando “eventuais desvios”, mas construindo um caminho ideal a ser seguido. Assim, um perfil “militante” se estabelece na medida em que este dispositivo crítico-interpretativo aponta como os ajustes devem ser feitos. Nesse sentido, ainda que as críticas do OI não tenham ênfase pedagógica e não “construam” um interlocutor-aprendiz capaz de desenvolver competências relativas ao material analisado, elas esclarecem posições defendidas e buscam adesão às opiniões apresentadas. Esta “tonalidade militante da crítica” é responsável por elaborar “processos especiais de interlocução com a sociedade” (BRAGA, 2006, p.131) que não são voltados para o desenvolvimento de conhecimentos e competências, mas para o “embate de valores”.

### **Observatório na TV: Crítica e (tele)jornalismo opinativo em análise**

Tomado como produto audiovisual, considera-se nesse estudo que o programa Observatório na TV (OI na TV) constitui-se como produto jornalístico, ou pertencente à categoria Informação. A partir da taxonomia proposta por Aronchi de Souza (2004), como materialidade discursiva o programa poderia se vincular ao gênero debate, também formato que constitui a base estrutural do OI na TV. Segundo o autor, este tipo de produção se diferencia pelo número de participantes, que assim como as temáticas, varia conforme a proposta da emissora. “Como não existe divergência de opiniões se os participantes pensarem da mesma maneira, a produção convida pessoas com perfis diferentes, até para que o programa não fique morno” (ARONCHI, 2004, p.171). O programa pode debater um único assunto ou até mesmo diversos temas, “dando-lhe um tom de variedade e atualidade”.

A presença de um único apresentador, responsável por gerar ou direcionar as indagações motivadoras das discussões, é característica da maioria dos programas de debates, de acordo com essa taxonomia. É possível que se utilize, ainda, pequenas reportagens para ilustrar o tema discutido. A duração dos programas, determinada pela

dinâmica de produção e variedade dos temas apresentados, é destacada como “elástica” ao preencher no mínimo 30 minutos e até mais de 60 minutos da grade horária.

Nossas reflexões acerca deste gênero, debate, tomando como objeto o programa televisivo do Observatório da Imprensa, iniciaram-se como parte dos questionamentos em torno da qualidade do material jornalístico e noticioso produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC)<sup>6</sup>. Na medida em que o compromisso das emissoras públicas para o cidadão é colocada em pauta, procuramos entender se o OI realmente constrói uma narrativa clara e deontológica sobre o que é permitido ou não nas práticas jornalísticas.

Para este estudo preliminar consideramos inicialmente as edições transmitidas até setembro de 2013 na busca por estabelecer padrões de abordagem com relação às temáticas. A classificação se deu pela leitura do aparente princípio mobilizador do produto televisivo, originado a partir de dilemas característicos da rotina de trabalho do jornalista ou baseado por fatos externos. Além disso, as entrevistas, que normalmente fundamentam-se sobre temas internos ao jornalismo ou ao próprio programa foram destacadas por sua dinâmica diferente.

Constatamos que dos 45 programas veiculados no período de recorte, 15 deles estavam ligados a temas “externos” à imprensa em si, como o Mais Médicos; enquanto 17 tratavam de dilemas internos ao processo jornalístico, como a cobertura da lei de acesso à informação; e outros 12 se constituíram sobre o formato de entrevista em um modelo que se diferencia dos demais programas por ter como tema central o aniversário de 15 anos do próprio Observatório da Imprensa.

O OI tem o objetivo de discutir diferentes coberturas midiáticas e a atuação dos profissionais de Jornalismo nestes processos. Para isso, o programa baseia-se nos questionamentos e argumentações de Alberto Dines, somados às formulações dos personagens convidados para as análises temáticas. Observamos, então, o perfil dos participantes e analisamos a pluralidade das fontes que constroem os debates propostos pelo programa.

A narrativa foi classificada em três tipos: comum, especial e entrevista. O primeiro é composto por 25 programas que se iniciaram com uma pequena exposição, feita pelo apresentador, da temática que seria tratada, seguida pela apresentação de três convidados presentes no estúdio; o segundo, referente a quatro edições, se caracteriza como uma “grande reportagem” unitemática, gravada previamente com diversas fontes externas, ou

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.ebc.com.br>.

seja, que não se encontram no estúdio no dia da transmissão do programa; e o diálogo entre Dines e um único personagem aparece em 12 entrevistas que compõe o terceiro formato.

Contabilizamos 67 convidados recebidos nos estúdios do Observatório, alguns por transmissão, ao vivo, de outros locais. Deste total, 59,7% eram jornalistas e 40,3% possuíam outras profissões: sete professores, três médicos, cinco políticos e uma secretária nacional, além de um cineasta, um filósofo, uma cientista política, uma antropóloga, um empresário, o coordenador do Programa de Armas do Viva Rio, dois sociólogos, um representante do Intervezes, um teólogo, e a chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Notamos que o OI privilegia a presença de jornalistas, que se encontram em, pelo menos, 22 dos 25 programas inseridos no formato comum. Além disso, destes 40 profissionais, 17 trabalham na grande imprensa (O Globo, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Zero Hora, BBC, ESPN e The Guardian). Como o produto busca ser um agente questionador e fiscalizador da prática profissional jornalística, acreditamos que esta predominância vai de acordo com a proposta do programa, que debate estes aspectos a partir da visão dos próprios profissionais inseridos nos processos de produção comunicacional.

Já em relação às entrevistas, o perfil dos convidados é variado. Este formato teve como objetivo comemorar os 15 anos do Observatório da Imprensa. Alberto Dines entrevistou Nelson Sirotsky, empresário, jornalista e presidente do Conselho de Administração do Grupo RBS; Carlos Ayres Britto, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); Fábio Porchat, humorista e roteirista do canal Porta dos Fundos; João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo; Franklin Martins, jornalista e ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da presidência da República; Eduardo Coutinho, cineasta; Otavio Frias Filho, jornalista e diretor de Redação do Grupo Folha; Renato Lessa, presidente da Biblioteca Nacional; Warren Buffett, investidor; Cláudio Guerra, ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); Natalia Viana, jornalista; e Geneton Moraes Neto, também jornalista.

A edição do dia 25 de junho de 2013, objeto de análise deste trabalho inicial que tratou do fenômeno das manifestações populares, foi inserida no formato comum do OI, com convidados presentes no estúdio e contou com a participação do jornalista e editor executivo das plataformas digitais de “O Globo”, Pedro Doria, a cientista política Alessandra Aldé, e o jornalista Lúcio de Castro, do canal “ESPN”. A partir de uma análise de conteúdo, percebemos que a função dos meios de comunicação como atores de mediação



entre os fatos e o público é ressaltado durante todo o programa, seja como instância interpretativa ou somente transmissora de dados.

Seguindo esta mesma lógica, que envolve a discussão dos papéis sociais desempenhados pela mídia, em especial pelo OI, notamos a participação de Dines na condição de condutor do debate como um cronista especializado na execução de um bom jornalismo, ou ainda, atuando ora como arauto ora como mocinho, de acordo com a escalação de personagens na perspectiva da dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012). Obviamente, essas possibilidades inerentes aos meios públicos somados à posição de debate privilegiado ocupada pelo apresentador facilitam para que o Observatório da Imprensa mantenha seu caráter de crítica de mídia e de avaliação da responsabilidade social da imprensa.

Mas em que medida, nos programas veiculados em uma emissora pública de televisão, existiria espaço para a prática do (tele)jornalismo opinativo? Para responder a essa questão, utilizou-se como estratégia a realização de estudo qualitativo. As questões que orientaram a análise do OI na TV como narrativa audiovisual buscaram compreender como o espaço televisivo em uma emissora pública era destinado ao exercício da opinião, a forma como o programa se estrutura enquanto dispositivo social e ainda a utilização do gênero opinativo na construção narrativa de crítica à mídia.

O percurso metodológico desta etapa iniciou-se por um levantamento quantitativo e temático dos programas exibidos entre novembro de 2013 e abril de 2014, período correspondente aos seis meses anteriores ao princípio deste trabalho, o que nos ofereceu uma ampla margem de possibilidades para recorte. Ao todo, foram contabilizadas 20 edições transmitidas entre 05 de novembro e 28 de abril. Deste total, oito estão no formato de entrevista, ou seja, se estabeleceram sob um diálogo entre o apresentador e um único participante, sendo quatro delas realizadas em homenagem aos 15 anos do OI na TV – com Franklin Martins, Eduardo Coutinho, Warren Buffett e Fábio Porchat. Outros nove programas debateram: a violência contra a mulher; os 50 anos do Golpe Militar; a segurança pública; a imagem das celebridades nas propagandas; a acessibilidade; o racismo no futebol; a regulação da mídia argentina e britânica; o crescimento da violência contra a mídia durante as manifestações de junho; bem como reflexões sobre 2013 e projeções para 2014.

Três edições, por fim, foram selecionadas como recorte empírico para a análise qualitativa por indicarem, pelas temáticas, potencial discussão crítica sobre a inserção e a



atuação da mídia na cobertura de fatos nacionais – social e politicamente – relevantes e possivelmente exemplifiquem as relações que o Observatório tensiona construir com seu público, objetos centrais de nossa linha de pesquisa: a aprovação do Marco Civil da Internet pela Câmara dos Deputados, as manifestações populares e a condenação dos réus no processo do Mensalão. Os programas selecionados foram assistidos na íntegra, a partir do site, onde são disponibilizadas todas as edições transmitidas. A partir do referencial teórico metodológico da dramaturgia do telejornalismo foram observadas variáveis como a estruturação, os enquadramentos de câmera e os recursos audiovisuais, as fontes convidadas e personagens desempenhados, a participação do telespectador, a organização e o conteúdo dos debates, assim como – e principalmente – a presença do gênero opinativo no discurso construído. A perspectiva da prática de (tele)jornalismo opinativo será a destacada nesse texto, em função dos limites de um artigo científico.

Em termos contextuais registra-se que o Observatório da Imprensa atua como monitor de mídia na internet desde 1996, quando assumiu o pioneirismo da atividade no Brasil. A versão televisiva está no ar desde 1998, pela TV Cultura de São Paulo. O programa também passou a ser veiculado pela TV Brasil a partir de 2007, quando esta foi criada, sendo hoje retransmitido pela Rede Pública de Televisão – às terças-feiras, 22h40 – e pelos canais de TV por assinatura. O Observatório foi organizado pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), desenvolveu-se com o apoio do Comitê Gestor Internet (CGI) no Brasil e sua versão online é do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor). O projeto tem na figura de Alberto Dines seu principal editor e o percurso da iniciativa é paralelo à trajetória profissional do jornalista, à conjuntura política e às práticas discursivas da imprensa nacional (GARCIA, 2012, p.4).

Para a análise do material empírico as três edições do OI na TV selecionadas foram as seguintes: (PG1) intitulado “Marco Civil da Internet”, veiculado em 08 de abril de 2014; (PG2), chamado “A mídia nas manifestações”, transmitido em 12 de março de 2014; (PG3) que tem como título “A mídia e o mensalão”, veiculado em 27 de novembro de 2013. Com duração média de 50 minutos, a versão televisiva do Observatório da Imprensa possui uma estrutura padrão, dividida em três blocos. Alberto Dines pontua, primeiramente, a temática central e os participantes convidados para o debate. A mídia começa a incorporar-se ao programa quando se destina, logo no primeiro bloco, um espaço para apresentar ao

telespectador as manchetes exibidas por alguns jornais impressos – e revistas nacionais, no caso específico de PG2 – durante a semana.

Ao todo, 36 manchetes foram evidenciadas pelas três edições do OI na TV através de um VT composto pelas páginas digitalizadas dos veículos de comunicação escolhidos, acompanhadas por uma música instrumental. No primeiro e no terceiro programa analisados, o recurso – com 10 e 12 imagens e duração de 14 segundos e 16 segundos, respectivamente – foi introduzido por Dines logo após sua fala inicial de apresentação: “Veja agora como a mídia foi destaque nesta semana”. As duas edições destacaram, juntas, 22 impressos e, deste total, quatro jornais aparecem em ambas: A Notícia, Estado de Minas, Zero Hora e O Povo. As manchetes selecionadas, por sua vez, não se relacionaram com as temáticas centrais dos programas e o apresentador não esclareceu, em momento algum, os critérios utilizados para a escolha dos meios expostos.

Constatamos, porém, que no segundo programa o espaço em que a mídia é destaque apareceu somente após a primeira parte do texto utilizado por Dines para contextualizar o mote da discussão, apresentar suas reflexões iniciais e introduzir o debate. Neste caso, o texto de caráter Editorial foi desmembrado e deu espaço ao VT que, diferente das outras edições, não foi chamado, mas integra e complementa o raciocínio do moderador do programa. Com 47 segundos de duração, o recurso em PG2 foi composto por 14 manchetes. Deste total, três são de revistas – Carta Capital, Época e Veja – e 11 estão distribuídas entre quatro impressos: O Globo, Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, que se repetem três vezes, e O Dia, utilizado duas vezes. Se compararmos aos outros dois programas analisado é possível perceber, pois, um realce predominante à cobertura deste assunto pela “grande mídia”, representada pelos seis maiores meios de comunicação do Brasil.

Alberto Dines torna-se referência ao tecer reflexões sobre o jornalismo “com autoridade” (QUEIROZ; TRECE & COUTINHO, 2013, p.227). Neste contexto, observamos que a postura crítica do profissional (e, conseqüentemente, do programa) – frente às produções e atuações jornalísticas – sobre a qual debruçamos nossa pesquisa registrou-se em PG1 e PG3 com o auxílio de VTs.

O primeiro comentário analisado referiu-se à cobertura ineficaz por parte da mídia do discurso<sup>7</sup> da presidente Dilma Rousseff sobre os pactos políticos que encerraram a

---

<sup>7</sup> Durante seu discurso sobre os 50 anos do Golpe Militar, a presidente Dilma Rousseff sinalizou que não apoia mudanças na Lei da Anistia. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-sinaliza-que-nao-e-favoravel-a-alteracao-da-lei-da-anistia,1147383>. Acesso em 20/06/14.

ditadura. O VT é composto por 12 imagens de matérias produzidas pelos jornais Folha de S.Paulo, O Globo, O Estado de S.Paulo, O Povo (online) e pelo Portal Último Segundo.

A mídia assanhou-se com as revelações sobre a compra e venda da refinaria de Passadina pela Petrobrás e, como sempre acontece, acabou fixada no escândalo, esquecendo de registrar fatos de grande relevância. O discurso da presidente Dilma Rousseff reafirmando a necessidade de respeitar os pactos políticos que encerraram a ditadura e garantiram a redemocratização não recebeu o merecido destaque. A inequívoca defesa da Lei da Anistia não foi valorizada pela mídia, mas foi pelos comandos das três forças militares. Dois dias depois, o Ministério da Defesa retribuiu ao comunicar que seriam investigadas sete instalações militares onde se praticou a tortura sistematicamente. Atendia, assim, ao pedido da Comissão da Verdade. É disto que precisamos: a verdade, inteira, sem disfarces ou atenuações. (DINES, 08/04/2014)

Na segunda, Dines aludiu à autocrítica<sup>8</sup> realizada pela Folha de S.Paulo, que se desculpa pelo apoio dado ao Golpe de 64. Neste caso, O VT é introduzido por uma pequena vinheta intitulada “Boletim Chumbo Quente: 50 anos do Golpe”. O recurso possui sete imagens distribuídas entre o editorial utilizado para a retratação e matérias relacionadas à repercussão do fato em portais como SPressoSP, Jornalismo B e o próprio OI.

Enfim, a autocrítica. A Folha reconheceu que errou ao apoiar o Golpe de 64. Com atraso de seis meses em relação ao gesto precursor do Globo e 29 anos depois do fim da ditadura, o jornal fez uma mea-culpa algo minimalista relativizado, mas fez. Como prova do sincero arrependimento, deveria comprometer-se com os princípios do pluralismo e da diversidade. Pelo menos isso. (DINES, 08/04/2014)

A terceira e última crítica é destinada à novela “Amor à Vida”, da Rede Globo de Televisão. O *off* é composto por imagens de três jornais impressos – O Dia, O Globo e Folha de S.Paulo –, uma revista – Veja – e três portais de notícias – Paraná Online, Diário da Manhã (online) e Portal da Globo (G1) – que repercutiram a audiência da emissora no episódio narrado por Dines.

A novela é ruim, complicada e simplória, como todas. Ao longo dos 156 capítulos anteriores, Amor à Vida jamais conseguiu produzir alguma reação mais forte na audiência da Globo. Mas na segunda-feira, 18 de novembro, a longa cena em que Félix, confrontado pelas provas do crime que cometeu, vomita todos os seus sentimentos, causou surpreendente comoção: o Ibope deu um salto e os críticos se impressionaram de tal maneira com o desempenho do ator Mateus Solano que o consideraram merecedor de um Oscar. Evidente exagero: no universo das telenovelas vale tudo, até mesmo um bom desempenho ocasional. Nos capítulos seguintes, a mesmice. Mas quem levou o Oscar da TV, o Emmy, foi a divina Fernanda Montenegro pelo desempenho no especial Doce de Mãe. (DINES, 27/11/2013)

---

<sup>8</sup> O jornal assumiu, pelo editorial da edição de 30 de março de 2014, que “aos olhos de hoje, apoiar a ditadura militar foi um erro”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/158906-1964.shtml>. Acesso em 20/06/14.

O gênero opinativo em tom crítico-reflexivo também se estabelece quando Dines delibera sobre quatro questões distintas às centrais. O erro<sup>9</sup> nos resultados da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)<sup>10</sup>, motivou a primeira consideração.

Em PG1, a narrativa se estruturou à luz de um VT composto por 12 imagens de matérias produzidas por três jornais impressos– O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo – e dois portais de notícias – Portal UOL e Portal da Globo (G1) –, acompanhadas pela fala do apresentador.

Equívocos também levam à verdade. O erro do Ipea na divulgação da pesquisa sobre a influência das roupas sensuais no estupro de mulheres acabou comprovando o preconceito. Não são 65% dos entrevistados que justificam o ataque as mulheres: são apenas 26%. Caso de perguntar: tanto assim? Numa sociedade democrática e pacífica esta opinião nem deveria ultrapassar os dois dígitos. Mesmo esses 26% indicam um potencial de brutalidade inconcebível numa sociedade que se pretende cordial e tolerante. Que venham mais pesquisas deste tipo. O Brasil precisa se conhecer, desde que as cifras sejam confiáveis. (DINES, 08/04/2014)

Os 50 anos da morte<sup>11</sup> do presidente americano John Kennedy embasaram o primeiro texto de PG3, acompanhado pelo mesmo recurso audiovisual – ilustrado com oito imagens de matérias divulgadas pelos tabloides O Globo e Folha de S.Paulo e pelo portal Clarín.com –, desta vez também composto por algumas fotos e um vídeo.

O jornalismo cidadão e a Mídia Ninja não começaram na internet, são muito mais antigos. Há exatos 50 anos, Abraham Zapruder, o imigrante russo dono de uma confecção de roupas em Dallas, admirador incondicional do presidente Kennedy, resolveu filmar a carreta do seu ídolo quando passava perto da sua loja: subiu num parapeito do jardim e com uma pequena câmera de oito milímetros Bell & Howell Zoomatic e produziu o mais importante filme amador da história americana e uma das principais evidências sobre o assassinato do presidente americano. Com 486 quadros em Kodakchrome e apenas 26 segundos de duração, registrou a terrível sequência com os dois tiros disparados por Lee Oswald. Zapruder, sua devoção e a sua câmera representam o reverso do ódio e do ressentimento numa página negra da história americana. (DINES, 27/11/2013)

Em um segundo momento, Dines reflete sobre a polêmica que envolveu a publicação de biografias sem autorização prévia<sup>12</sup> dos personagens. O VT que acompanha

<sup>9</sup> Os gráficos invertidos divulgados inicialmente revelaram que 26% dos entrevistados concordavam (total ou parcialmente) que mulheres agredidas que continuam com os parceiros gostam de apanhar e 65% aceitavam a ideia de que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21971](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971). Acesso em 20/06/14.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

<sup>11</sup> O presidente norte-americano John Kennedy foi assassinado com três tiros em 23 de novembro de 1963 quando desfilava em carro aberto em Dallas, Texas, juntamente com o governador John Connally. Disponível em: [http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo\\_23nov1963.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_23nov1963.htm). Acesso em 20/06/14.

<sup>12</sup> Alguns artistas como Caetano Veloso, Chico Buarque e Gilberto Gil se uniram para protestar contra a publicação de biografias não autorizadas. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/livros/2013-10-21/entenda-a-polemica-sobre-a-publicacao-de-biografias-nao-autorizadas.html>. Acesso em 20/06/14.

sua fala possui nove reportagens produzidas pelo Portal UOL, O Povo (online) e pelos jornais O Globo e Folha de S.Paulo.

Não será difícil adivinhar o voto da relatora, a ministra Carmen Lúcia do Supremo Tribunal, sobre a questão das biografias não autorizadas. Pela organização da audiência pública da última quinta-feira, quando 15 dos 17 depoimentos foram contra a obrigatoriedade da autorização, fica nítida a impressão de que a ministra dará maior peso à plena liberdade de expressão do que ao direito à privacidade. Mesmo porque, além das três estrelas da música popular e das duas empresárias, tornou-se quase impossível mobilizar mais defensores da absurda proibição. A unanimidade pode ser burra, como dizia Nelson Rodrigues, mas a maioria é sempre sábia. (DINES, 27/11/2013)

O terceiro texto, por fim, trata do atentado<sup>13</sup> contra a redação do jornal francês Libération e é coberto por oito imagens de matérias produzidas por três jornais – O Globo, Folha de S.Paulo, O Dia – e dois portais – Portal da Globo (G1) e o próprio Libération (online).

Ele se diz de esquerda e anarquista: justifica o atentado contra a redação do diário Libération como protesto contra o complô fascista articulado pelos bancos e pela mídia. Antes de ser preso, o argelino escreveu uma carta em que denuncia a manipulação das massas pela mídia e depois tentou se matar. Não conseguiu. Envolvido em outro atentado terrorista há quase dez anos, o paranoico militante certamente não sabia que o Libération é um jornal assumidamente de esquerda. O delírio político produz essas coisas. (DINES, 27/11/2013).

### **Considerações finais**

Neste trabalho, nos propomos a observar se o programa de TV do Observatório da Imprensa assume um real caráter analítico-interpretativo da mídia a partir de um discurso opinativo. A relação entre mídia e sociedade precisa tornar-se de fato dialógica e ultrapassar os limites da comunicação unilateral, acreditando-se que a mídia pública teria um papel diferenciado nessa transição.

A análise da crítica de mídia em um programa veiculado na TV Brasil, uma emissora surgiria, nesse contexto como narrativa característica de um sistema de resposta social, em que os observatórios atuariam como agentes fiscalizadores potencialmente capazes de monitorar a atuação dos meios, apontar equívocos e indicar possíveis soluções. Se pensarmos na TV pública como alternativa à comercial, espera-se que o conteúdo por ela oferecido seja fundamentado na pluralidade e na profundidade das abordagens para o estabelecimento de um legítimo compromisso com a democratização da informação. Neste sentido, enxergamos o programa de tevê do Observatório da Imprensa como objeto ideal

---

<sup>13</sup> O homem, também suspeito de atirar contra o banco Société Générale no mesmo dia, invadiu a sede do jornal Libération em 18 de novembro de 2013, atirou e deixou um fotógrafo ferido. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/fotografo-e-ferido-em-ataque-a-sede-do-jornal-liberation-na-franca--2>. Acesso em 20/06/14.

para o estudo do potencial opinativo da crítica de mídia na medida em que é produzido e veiculado por uma emissora pública. Os debates estabelecidos no programa se estruturam sob pontos de vista diversos e Alberto Dines, seu apresentador, aparenta total liberdade para expor suas considerações.

Em dois dos programas analisados (PG1 e PG3), observamos que Dines se utiliza de VTs em boa parte do primeiro bloco para estender as reflexões além das temáticas principais, destacando as manchetes da semana e apresentando ponderações diante de fatos socialmente relevantes a partir da produção noticiosa relacionada. Acreditamos que estas sejam as primeiras tentativas de estimular no telespectador uma visão crítica, já que não há efetiva discussão sobre os assuntos pontuados. Na segunda edição analisada, porém, constatamos que este diálogo não foi estabelecido com o telespectador na medida em que os recursos audiovisuais que lançavam estes vetores de reflexão adjacentes não foram utilizados.

Os editoriais de Dines são compostos por questionamentos irônicos e adjetivações nada característicos do discurso imparcial que rege o Jornalismo informativo, mas que fundamentam o gênero opinativo, por sua vez predominante na narrativa do OI na TV. Notamos, ainda, que a participação do apresentador nos debates acontece, principalmente, nos textos que contextualizam e introduzem a troca de opiniões entre os três convidados. Na estrutura dos debates, Alberto Dines assume a função de mediador das indagações, arauto central, ainda que faça um comentário ou outro entre elas, assumindo nesse caso o personagem de mocinho ou fiscal do que seria a prática do bom jornalismo.

Uma outra abordagem, que integra a pesquisa mas nesse texto não incluída, pondera sobre o direcionamento das perguntas como forma democrática de participação de todos os entrevistados, que acabam por responder, praticamente, ao mesmo número de questões. A pluralidade proposta pela TV pública pode ser vista, então, não somente quando os três participantes expressam seus pontos de vista sem serem interrompidos por Dines (parece que o tempo não é rigidamente cronometrado), mas também através dos VTs nos quais outras opiniões são colocadas por diferentes fontes. Entre os programas analisados o debate ocorreu de forma menos roteirizada naquele que abordou o tema das manifestações populares, com poucas interferências do apresentador-mediador, estabelecendo típica conversação entre os convidados, principalmente os que estavam juntos no mesmo estúdio e interagem de forma direta e com mais facilidade. É possível pensar que esta “naturalidade”

tenha sido proporcionada pelo tempo maior destinado à discussão diante da ausência de recursos audiovisuais extras ou complementares à temática proposta.

Ainda assim, considerando todos os aspectos levantados na pesquisa que oferece suporte a esse artigo, legitima-se a hipótese que levantamos sobre a narrativa opinativa e ao mesmo tempo informativa construída pelo OI na TV. Concluímos que o programa televisivo do Observatório da Imprensa mantém a proposta genuína do projeto de atuar como monitor e direcionador dos processos e produtos midiáticos, prioritariamente jornalísticos, ao assumir um discurso analítico-interpretativo e crítico-reflexivo que cobra dos meios de comunicação atenção aos compromissos deontológicos necessários para um conteúdo de qualidade e o faz operar como efetivo dispositivo social de interação entre mídia e sociedade.

## Referências

- ALMEIDA, Rebeca Trece de. **Observando o Observatório**: um estudo sobre a crítica de mídia como informação na TV. Juiz de Fora: Facom, 2014.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.
- COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de TV de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2012.
- DINES, Alberto. In **Observatório na TV**, 08/04/2014. Disponível em: [www.observatoriodaimpresa.com.br/videos/view/marco\\_civil\\_da\\_internet](http://www.observatoriodaimpresa.com.br/videos/view/marco_civil_da_internet). Acesso em 05/05/14.
- \_\_\_\_\_. In **Observatório na TV**, 12/03/2014. Disponível em: [www.observatoriodaimpresa.com.br/videos/view/a\\_midia\\_nas\\_manifestacoes](http://www.observatoriodaimpresa.com.br/videos/view/a_midia_nas_manifestacoes). Acesso em 06/05/14.
- \_\_\_\_\_. In **Observatório na TV**, 27/11/2013. Disponível em: [www.observatoriodaimpresa.com.br/videos/view/a\\_midia\\_e\\_o\\_mensalao](http://www.observatoriodaimpresa.com.br/videos/view/a_midia_e_o_mensalao). Acesso em 07/05/14.
- QUEIROZ, Caio Cardoso de; TRECE, Rebeca; COUTINHO, Iluska. Observatorio da Imprensa: lugar de ler e ver noticias por dentro. In COUTINHO, Iluska (org). **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013. p.225-240.
- SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.